

# Inserção de adolescentes no mercado de trabalho – uma análise de experiências do Rio de Janeiro

*Myrtes de Aguiar Macêdo<sup>1</sup>*

*Maria Fernanda Duarte Pedro Salgueiro<sup>2</sup>*

---

O campo da formação / incorporação de adolescentes no mercado de trabalho no país tem despertado o interesse de diversos segmentos sociais, concretizando-se através de uma multiplicidade de experiências de inserção realizadas por entidades assistenciais em parceria com organizações empresariais. A cidade do Rio de Janeiro, desde os anos 80, vem se destacando pelas iniciativas das organizações não governamentais nesse campo. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, encarnando a redefinição do paradigma que orienta o tratamento da sociedade em relação à infância e à juventude, o trabalho do adolescente é regulamentado de modo a compatibilizar-se com as exigências de um processo educativo profissionalizante. Através dessa legislação, as ONGs são reconhecidas como agentes de educação profissional e, por conseguinte, tendo competência para a gestão de projetos de trabalho educativo para adolescentes, através de parcerias com empresas.

Educação e trabalho são elementos constitutivos do processo de profissionalização preconizado pelo Estatuto. No entanto, o trabalho de adolescentes no contexto dos projetos de inserção no mercado de trabalho, mesmo que resguardado por uma legislação específica de proteção, acarreta distorções que podem se identificar como mecanismo de aproveitamento de mão de obra barata e desqualificada, com vínculos empregatícios precários e realização de atividades incompatíveis com as necessidades de treinamento. Tem-se como uma das conseqüências

---

<sup>1</sup> Doutora em Política Social pela Universidade de Manchester - Inglaterra e professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

<sup>2</sup> Assistente Social, pesquisadora bolsista pela FAPERJ.

mais visíveis desta inserção sua repercussão na baixa escolarização desse segmento da população.

Assim, a questão crucial que se coloca no exame dessas experiências diz respeito à difícil articulação entre educação e trabalho na prática. Neste sentido, as experiências de formação / incorporação de adolescentes no mercado de trabalho têm sido problematizadas, sobretudo, quanto à sua capacidade educativa, visto que as evidências indicam a redução dessa capacidade a uma mera condição moral (Ferreti 1995). Por outro lado, tais experiências tendem a aprofundar o histórico distanciamento existente no Brasil, entre o ensino escolar e o ensino profissionalizante.

O trabalho infanto-juvenil, em suas diversas expressões no Brasil, não é um fenômeno novo, hoje, ele se atualiza como uma das faces da questão social na contemporaneidade, exigindo estudos como este que procura desvendar suas formas e significados, bem como, as estratégias voltadas para seu enfrentamento, articuladas pela sociedade.

Nesse contexto se justifica a pesquisa<sup>3</sup> que realizamos, cujo objetivo geral foi conhecer as especificidades das diferentes experiências de inserção em curso na cidade do Rio de Janeiro.

Neste estudo, portanto, o foco de nossas lentes está dirigido para o trabalho de adolescentes socialmente assistidos que, na prática, configura-se como uma modalidade de "emprego assistido". Esses projetos, em torno dos quais se têm criado controvérsias, ainda são, no entanto, pouco conhecidos. Procuramos neste texto explicitar o desenho desses projetos, tendo como respaldo a pesquisa realizada.

Desta forma, o mapeamento e o registro das experiências, examinados nesta pesquisa, apoiaram-se em dois grupos de atividades. Em primeiro lugar, foram identificados, visitados e entrevistados os dirigentes de 10 projetos de entidades assistenciais voltados para a inserção de

---

<sup>3</sup> Esta pesquisa, intitulada Criança / Adolescente e Trabalho: profissionalização mediatizada pelas ONGs desenvolveu-se no período de agosto de 1995 à janeiro de 1997, como promoção do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio coordenada pela Professora Myrtes de Aguiar Macêdo e participação, na equipe de pesquisa, da assistente social Silvia Helena Gonzaga da Silva e da então estudante de Serviço Social Maria Fernanda de Araújo Pedro, respectivamente, bolsista da FAPERJ e do PIBIC-PUC-CNPq.

adolescentes no mercado de trabalho, localizados no centro, zona sul e Tijuca e arredores, conforme zoneamento apresentado pelo Projeto Roda Viva (1995).

O quadro a seguir mostra a configuração dos projetos levantados em 1995.

Quadro I- ONGs, projetos vinculados e número de adolescentes atendidos (1995)

ONGs pesquisadas	Projetos vinculados	N de adolescentes atendidos
APAR (Associação Patrulha Jovem do Rio)	Patrulha jovem do Rio	758
Associação Beneficente São Martinho	Inserção de adolescentes no mercado de trabalho	606
Fundo Inter-Religioso pela Vida	BECA (Banco de empregos no mercado de trabalho)	250
Pastoral do Menor	1- PLEITEAR (Plano de Atendimento Integrado ao Adolescente) 2- CRT (Centro de Referencia ao Trabalho)	135
CESAM (Centro Salesiano do Menor)	Inserção de adolescente no mercado de trabalho	660
Se Essa Rua Fosse minha	Encaminhamento para o trabalho	22
Associação Patrulheirismo do Rio de Janeiro	1- Circulo de Amigos do Menino Patrulheiro – CAMP/Ipanema	250
	2- Circulo de Amigos do Menino Patrulheiro – CAMP/Vila Izabel	322
ACM (Associação Cristã de Moços)	Projeto Centro da Juventude	162
Total		3.165

Fonte: Relatório do Mapeamento dos Projetos de Inserção de Adolescentes no Mercado de Trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social PUC-RJ- março de 1996.

O objetivo geral desse conjunto de atividades foi reconhecer as particularidades dos seus processos de profissionalização, apreender suas características diferenciais e identificar, do ponto de vista dos seus dirigentes, os principais fatores de êxito ou de insucesso. A primeira parte deste artigo apresenta as principais evidências detectadas nesta etapa da pesquisa de campo.

O segundo conjunto de atividades teve como objetivo central perceber as representações sobre trabalho e educação elaboradas pelos atores envolvidos: profissionais (educadores), instrutores e adolescentes trabalhadores de três projetos selecionados entre os dez mapeados na primeira etapa. A escolha desses projetos foi orientada pela possibilidade que os mesmos possuem de representar a diversidade de experiências encontrada no universo pesquisado. A segunda parte deste texto versa sobre essas representações.

Assim, as organizações não governamentais, enquanto unidades de observação empírica, serviram de referência no sentido de desvendar os processos de mediação, envolvendo as empresas, na concretização dos projetos de formação/incorporação de adolescentes no mundo do trabalho.

### 1 – Inserção de adolescentes no mercado de trabalho – registro de experiências

Segundo a perspectiva adotada na pesquisa, utilizou-se um sentido amplo para a noção de ONG: *“associações espontâneas e voluntárias sem fins lucrativos, não subordinada às autoridades públicas e propondo-se a melhorar a qualidade de vida dos setores populacionais mais oprimidos”* (Falcão, 1991). Trabalhamos com a categoria ONG para designar as entidades que atuam tanto no campo da assistência social, como aquelas que se auto-definem como organizações não governamentais pela sua atuação básica na esfera da defesa de direitos humanos, isto porque, na prática, as fronteiras entre essas entidades são pouco demarcadas.

O registro dos projetos seguiu uma ficha cadastral que permitiu levantar dados relativos às semelhanças e às diferenças entre as experiên-

cias, no que concerne a objetivos, ao perfil dos adolescentes atendidos, processos de seleção, modalidades de acompanhamento, tipos de parcerias, recursos técnicos e financeiros utilizados.

### 1.1- Objetivos dos projetos

Todos os projetos têm como objetivo desenvolver um trabalho de inserção de adolescentes, moradores de comunidades pobres, no mercado de trabalho.

Em alguns projetos, como é o caso do patrulheirismo, o trabalho é visto como meio de prevenir à marginalidade, o que se constitui no objetivo central perseguido pelo projeto. Seguem a filosofia do patrulheirismo o projeto da APAR (Associação Patrulha Jovem do Rio) além dos diversos CAMPs (Círculos de Amigos do Menino Patrulheiro).

Os projetos do CESAM, da Associação Beneficente São Martinho e da ACM procuram enfatizar a formação do educando, criando espaço para atividades de reforço à escolarização e à profissionalização.

A Pastoral do Menor tem uma atuação diferenciada em relação ao conjunto dos projetos pesquisados. Voltada para o atendimento de adolescentes em situação de risco, esta organização religiosa desenvolve dois projetos interrelacionados: 1) PLEITEAR (Plano de Atendimento Integrado ao Adolescente em Situação de Risco); 2) CRT (Centro de Referência do Trabalho). O primeiro tem como objetivo atender adolescentes encaminhados pelas entidades que têm vínculo com a Pastoral do Menor no Rio de Janeiro, a saber: Casas de Acolhida, Projeto SEMEAR, Núcleos da Associação Beneficente São Martinho e outros. A experiência do PLEITEAR configura-se como de estágio profissionalizante. O segundo, funciona como um banco de dados atendendo a um duplo objetivo: criar possibilidades de encaminhamento para o emprego formal e criar oportunidade de apoio técnico-financeiro para a inserção do adolescente na economia informal.

O Fundo Inter-religioso Contra a Fome e pela Vida, adotou também um estilo próprio de atendimento através da criação de uma *Central de Oportunidades* que funcionava a partir de uma lógica de intermediação inspirada no movimento da cidadania contra a fome e a miséria do sociólogo Herbert de Souza. Para atender à demanda de trabalho do

adolescente, a Central de Oportunidades criou estratégias de apoio a oficinas profissionalizantes e cursos de preparação para inserção no mercado de trabalho organizando o BECA (Banco de Empregos, Cursos e Acompanhamento). No momento do cadastramento este projeto abrangia apenas 3 empresas, as quais desenvolviam experiências bastante diferenciadas entre si.

Em todos os projetos, entretanto, há uma forte ênfase no *trabalho* dos adolescentes e um menor vigor no atendimento de suas necessidades no âmbito de sua inserção escolar que, em alguns casos, fica secundarizada.

### 1.2 - Perfil dos adolescentes atendidos

São atendidos, pelo conjunto dos projetos, adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos, provenientes de comunidades pobres, com escolaridade que varia da 3ª à 7ª série do 1º grau.

A Associação Beneficente São Martinho atende preferencialmente adolescentes entre 14 e 16 anos, de famílias com renda mensal inferior a 3 salários mínimos, cursando a 7ª série do 1º grau. Enquanto nos CAMPs exige-se a escolaridade mínima da 3ª série do 1º grau.

Os projetos destinam-se, portanto, a adolescentes que freqüentam escolas públicas noturnas, observando-se por parte das empresas conveniadas como tendência, a crescente exigência de incorporação de candidatos com níveis mais altos de escolaridade.

Chama a atenção neste tópico, a predominância de jovens do sexo masculino (78%) em relação ao contingente feminino (22%) no total de adolescentes efetivamente atendidos nos projetos, em 1995. Disto decorre a constatação de um padrão masculino como referência profissional na condução dos projetos, o que reproduz a divisão sexual do trabalho presente na sociedade.

### 1.3 - Processo de seleção

O processo de seleção em todos os projetos se inicia com uma entrevista, prova e/ou curso preparatório, antes do encaminhamento do adolescente para os locais de trabalho.

O conteúdo destes cursos varia segundo às prioridades sócio-educativas de cada projeto. Os projetos da APAR e do Patrulheirismo enfatizam no curso preparatório questões vinculadas à legislação trabalhista e normas de conduta no trabalho, compreendendo aspectos como hierarquia na empresa, disciplina, pontualidade e assiduidade. Nos CAMPs o critério básico de seleção é a situação sócio econômica do candidato.

Na Associação Beneficente São Martinho, através de uma entrevista com o pai ou responsável pelo adolescente, é preenchida a ficha social do candidato. A ênfase no treinamento inicial recai sobre a prática de uma dinâmica de grupo, sob a orientação de psicólogos para avaliação da motivação do adolescente para o trabalho.

Diferente dos demais projetos que atendem uma demanda espontânea, a Pastoral do Menor delega a responsabilidade da seleção dos adolescentes às entidades assistenciais de origem dos candidatos. Esse processo se efetiva através de uma reunião mensal com a participação dos educadores das entidades filiadas, quando as vagas existentes no projeto PLEITEAR são repassadas e preenchidas pelos candidatos apresentados por essas entidades naquele mês. Na disputa pelas vagas prevalece o critério da idade, isto é, têm prioridade no encaminhamento ao trabalho os adolescentes com mais idade, visto que estes estão mais próximos da idade limite atendida no projeto. Após a indicação para a vaga, o adolescente se submete a uma entrevista com técnicos da Pastoral do Menor para análise de sua situação sócio-econômica e de sua aptidão para ocupar a vaga em consideração. Cumpridos esses procedimentos o candidato é encaminhado ao trabalho na condição de estágio profissionalizante.

O CESAM preserva uma proposta sócio-educativa na qual a educação tem prevalência sobre o trabalho. Neste sentido, exige, em relação as empresas conveniadas, completa autonomia na seleção dos candidatos.

No projeto Se Essa Rua Fosse Minha que trabalha com crianças e adolescentes de rua, a prioridade é a moradia, não havendo seleção prévia para o trabalho. No entanto, quando os adolescentes completam 14 anos são encaminhados para o trabalho. Não houve explicitação dos critérios utilizados nestes encaminhamentos.

A pesquisa não observou as listas de espera dos projetos, porém, há evidência de que existe uma demanda não atendida pelos mesmos.

### 1.5 - Parcerias

As parcerias envolvendo as ONGs gestoras dos projetos sócio-educativos e a empresas incorporadoras da mão de obra dos adolescentes, enquanto elemento constitutivo dessas experiências, apresentam variações, dependendo da ênfase dada à categoria trabalho: é tomada por uns, como um fim em si mesmo, e por outros, como uma dimensão da formação do adolescente que deve se compatibilizar com sua formação escolar.

Na operacionalização dos projetos existe uma permanente tensão no relacionamento entre ONG e empresa, que resulta na subordinação da primeira em relação a segunda. Como as parcerias determinam as condições objetivas para o funcionamento desses projetos, as variações observadas dizem respeito aos critérios de seletividade das empresas utilizados pelas entidades assistenciais, visando a preservar uma jornada de trabalho compatível com as necessidades do adolescente de frequentar a escola e garantir o desempenho de atividades que favoreçam o treinamento profissional.

A Associação Beneficente São Martinho, o CESAM, a ACM e a Pastoral do Menor caracterizam-se pela adoção de posturas mais seletivas em relação às parcerias. Procuram manter convênios, preferencialmente, com empresas que permitam ao adolescente uma jornada diária de trabalho de 4 horas. Ao contrário da APAR e dos diversos CAMPs que, estabelecendo convênios com empresas de pequeno porte, não asseguram o tempo parcial de trabalho para os adolescentes, nem a incorporação de grupos de adolescentes por unidade de trabalho.

O exame dos dados da pesquisa revela como indicador de qualificação dos projetos a *relação entre o número de empresas conveniadas em cada entidade e o número de adolescentes atendidos*. A dispersão dos adolescentes atendidos, através de grande número de empresas, tende a inviabilizar o acompanhamento por parte das ONGs, enquanto que sua concentração por unidades de trabalho tem favorecido a descentralização desse acompanhamento, que passa a ser efetivado "in

loco". O quadro a seguir mostra as disparidades existentes entre os projetos no que se refere ao número de empresas conveniadas e adolescentes atendidos.

Quadro II - Relação entre número de empresas conveniadas e número de adolescentes atendidos por entidade (1995)

Entidades	Adolescentes Atendidos	Empresas Conveniadas	Média de adolescentes p/ empresa
APAR	758	300	2,5
Fundo Inter-Religioso	250	03	83,3
Associação Beneficente São Martinho	606	23	26,3
Pastoral do Menor	135	10	13,5
CESAM	660	15	44,0
Se Essa Rua Fosse Minha	22	04	5,5
CAMP / Ipanema	250	17	14,5
CAMP / Vila Izabel	322	202	1,5
ACM	162	03	54,0
Total	3.165	577	5,2

Fonte: Relatório de Mapeamento dos Projetos de Inserção de Adolescentes no Mercado de Trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social PUC-RJ- março de 1996.

O quadro acima demonstra que a maior dispersão de adolescentes por locais de trabalho se verifica no CAMP/Vila Isabel e na APAR. Ao contrário, a maior concentração de adolescentes por locais de trabalho é encontrada na ACM, seguida do CESAM. Aparece também com uma boa média a Associação Beneficente São Martinho. Esses dados confirmam em relação às três últimas entidades, a postura de seletividade que assumem na escolha de suas parcerias.

### 1.6 - Modalidades de acompanhamento

O tipo de acompanhamento dos adolescente nos locais de trabalho depende muito do aporte dado pelas empresas conveniadas. Desta forma, as modalidades de acompanhamento variam entre uma avaliação de desempenho restrita à rotina de trabalho dentro da empresa, sob a

responsabilidade do superior, a um acompanhamento mais sistemático por uma equipe técnica centralizada na sede da entidade ou nas próprias empresas de grande porte, que criam uma estrutura específica de apoio nos locais de trabalho, como a da Petrobrás e o BNDES.

Na APAR e nos CAMPS não existe um acompanhamento sócio-educativo sistemático dos adolescentes nos locais de trabalho por parte dessas entidades. Através de visitas periódicas às empresas, os técnicos verificam o cumprimento das cláusulas dos convênios, bem como, a adaptação dos adolescentes ao trabalho exigido nas empresas. Na APAR, inclui-se uma avaliação de desempenho pelo supervisor e uma auto-avaliação mensal pelo próprio adolescente. Constata-se grande rotatividade dos adolescentes por inadaptação ao trabalho. Nas empresas conveniadas por essas entidades não há uma contrapartida que garanta a integração de uma equipe técnica de acompanhamento.

Quanto ao Fundo Inter-Religioso, o acompanhamento foi delegado aos profissionais da 2ª Vara da Infância e da Juventude e da SMDS, resumindo-se a reuniões mensais com os supervisores das três empresas conveniadas: Empresas Correios e Telégrafos, CET (Estacionamento Rotativo SMDS) e ISHBRAS.

A Associação São Martinho e o Centro Salesiano do Menor procuram ampliar o acompanhamento ao desempenho escolar do adolescente. Os instrumentos utilizados são reuniões mensais, encaminhamento para cursos complementares em instituições como SENAI, SESI e SENAC. Na Ass. São Martinho o acompanhamento do aproveitamento escolar é realizado mediante um exame bimensal da freqüência e rendimento escolar de cada adolescente.

Na Pastoral do Menor, o trabalho do adolescente, caracterizado como estágio profissionalizante, tem como locus privilegiado vários órgãos da prefeitura e do governo do estado do Rio. Nesta entidade, o processo de acompanhamento é feito por educadores, através de reuniões quinzenais, alternadamente, com os adolescentes e com os supervisores. Além disso, os profissionais realizam visitas mensais às empresas com o objetivo de verificar a adequação das condições de trabalho às exigências de aprendizagem do adolescente.

Se Essa Rua Fosse Minha e Associação Cristã de Moços realizam reuniões mensais com adolescentes e supervisores visando à discussão de questões ligadas à disciplina e ao relacionamento no ambiente de trabalho.

Conclui-se que as empresas têm níveis diferenciados de comprometimento com o projeto sócio-educativo das ONGs.

### 1.6- Recursos técnicos

As equipes técnicas vinculadas aos projetos apresentam grandes variações quanto ao seu tamanho e composição. Os técnicos de uma maneira geral são insuficientes para a realização dos projetos. Entre os profissionais mobilizados, verifica-se um total de 22 assistentes sociais, 4 psicólogos, 15 professores, 3 pedagogos e 18 educadores. Assim, num total de 62 profissionais 35.5% são assistentes sociais. Os educadores (29%) se constituem numa categoria pouco definida quanto à sua formação profissional. Essa categoria identifica-se com os educadores de rua introduzidos nos trabalhos com os meninos e meninas de rua, na década de 80. Considerando-se na equipe técnica apenas os profissionais diretamente envolvidos com os projetos de inserção, destaca-se, pela composição e número de técnicos, a equipe da Associação Beneficente São Martinho conforme quadro III apresentado a seguir (página seguinte).

### 1.8- Financiamento

O financiamento dos projetos é gerado basicamente através dos convênios firmados entre as entidades e as empresas. No caso da ACM, a sua vinculação com uma ONG internacional é registrada como uma fonte complementar de financiamento. No geral, os projetos não contam com outras fontes de financiamento além das receitas geradas pelos convênios, no entanto em alguns casos, possuem apoio significativo de órgãos públicos, expresso na forma de cessão de recursos humanos e materiais.

Considera-se que quanto maior a dependência das ONGs em relação as empresas conveniadas mais reforçada fica a postura de subordinação das primeiras, com implicações diretas no conteúdo sócio-educativo do projeto.

Quadro III- Recursos técnicos por unidade pesquisada

ONGs	Equipe Técnica	
	Nº de Técnicos	Composição
APAR	08	Psicólogo – 01 Professores – 02 As. Social- 05
Fundo Inter-Religioso	03	Educadores – 02 Pedagogo – 01
Associação São Martinho	26	Psicólogo – 01 Professores – 04 As. Social- 09 Educadores – 11 Pedagogo – 01
Pastoral do Menor	03	As. Social – 03 Psicólogo – 01
CESAM	03	As. Social – 01 Psicólogo – 01 Pedagogo – 01
Se Essa Rua Fosse Minha	05	Educadores – 05
CAMP / Ipanema	03	As. Social – 01 Professores – 02
CAMP / Vila Izabel	05	As. Social – 03 Professores – 02
ACM	06	As. Social – 01 Professores – 05
Total	62	

Fonte: Relatório de Mapeamento dos Projetos de Inserção de Adolescentes no Mercado de Trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social PUC-RJ- março de 1996.

Finalizando esta primeira parte, cabe aqui o registro de que a atualização desse cadastro, realizada em 1998, revelou alterações pouco significativas nesse quadro configurado em 1995. Neste sentido, cabe assinalar a desativação dos projetos: BECA do Fundo Inter-religioso e do Projeto de Encaminhamento para o Trabalho da entidade "Se Essa Rua Fosse Minha". Os demais projetos permanecem em funcionamento em 1998, sem que apresentem grandes alterações quanto ao desenho que apresentavam no mapeamento em 1995. No que tange à Pastoral do Menor, observa-se uma maior ênfase recentemente, no direcionamento dado ao projeto de inserção para o setor informal da economia, através do incentivo ao auto-emprego e ao auto-trabalho.

As informações recolhidas nesta etapa da pesquisa permitem elucidar o desenho institucional que adquirem esses projetos, constituindo-se de relações construídas numa triangulação que envolve as empresas repassadoras de recursos, as entidades assistenciais que assumem o papel de contratantes, agentes de recrutamento, treinamento, e acompanhamento dessa força de trabalho nas empresas conveniadas e também os próprios adolescentes inseridos no trabalho.

## 2 – Significados da relação trabalho e educação no ponto de vista dos atores envolvidos

As representações sobre trabalho na sociedade brasileira inspirada na matriz ideológica constituída pela polarização entre o mundo do trabalho/mundo da ordem, em oposição ao mundo da rua/mundo do não trabalho/mundo da desordem, permanecem presentes nas concepções de alguns dos entrevistados. Porém, a dinâmica da realidade contemporânea vem impondo mudanças nessas representações, que evidenciam a necessidade do trabalho e sua valorização a partir de outras disposições.

Nas representações expressas nas instituições pesquisadas coexistem pontos de vista divergentes, que revelam concepções distintas de trabalho. Identificados com o ponto de vista do trabalho como prevenção à marginalidade, registramos os depoimentos de todos os

supervisores das unidades de trabalho, bem como, de alguns educadores. Estes elaboraram seus discursos em sintonia com a matriz ideológica mencionada, reconhecendo a polaridade entre o mundo do trabalho como o mundo da ordem e o mundo do não trabalho como o mundo da desordem e da marginalidade. (Colbari, 1995)

*"Para os que precisam trabalhar, o trabalho começa a ser uma coisa importante... necessária, e ela precisa realmente disso... tira elas do lado ruim da vida deles, que nem são eles os culpados disso acontecer, mas eles acabam vivenciando; então o trabalho mostra o lado da vida, o lado bom, vamos dizer assim, da vida."* (Supervisor I)

*"Todo mundo tem que trabalhar para sobreviver. Tem também a realização né? (Sem trabalho) fica muito vazio... Não se pode deixar garoto, nesta idade 15, 16 e 17 anos com a cabeça vazia não, em qualquer classe social"... "Aqui com a gente... eles vêem que existe vida diferente daquela... que aquilo lá o cara ganha dinheiro... mas é tudo bandido, vivem a margem da lei. Aqui o cara trabalha, vive dentro da lei e vive bem."* (Supervisor II)

*"O trabalho é fundamental... evita de ficar fazendo outras coisas que não deve"... "A avaliação é boa, porque facilitou a empresa a admitir uma pessoa com ônus menor.. achamos positivo a idéia de moças também, meninas trabalhando. As meninas podem atender telefone, então, de um modo geral, é muito válido o projeto."* (Supervisor III)

(Trabalho infantil) : *"Triste... mas é necessário quando ele está passando fome, está na rua fazendo coisas que não é própria para a idade dele, quando está se prostituindo e se marginalizando, então é necessário que trabalhe mais cedo."* (Supervisor IV)

Quanto à percepção dos educadores envolvidos nos projetos, destacamos posições diversas, algumas bastante identificadas com a concepção de trabalho educativo preconizada pelo ECA; outras revelam um certo distanciamento dessa proposta, reforçando apenas o caráter moralizante da atividade laborativa.

*"O trabalho é fundamental. Acho que tem muita criança na rua, se tivesse um trabalho que atendesse essas crianças poderia ficar melhor."* (Educador I)

*"O trabalho dignifica as pessoas, cria responsabilidade, faz as pessoas se desenvolverem desde o início pontualidade, assiduidade até o crescimento profissional mesmo."* (Assistente Social I)

*"O trabalho eu vejo por este aspecto de contribuição familiar, e hoje em dia, também, como forma de ocupação positiva que evita muitos outros problemas... é fonte de renda e também satisfação pessoal."* (Assistente Social II)

Alguns profissionais têm uma visão idealista do trabalho enquanto componente indispensável do desenvolvimento do homem. Os depoimentos registrados nesta perspectiva se constituem em discursos abstratos e evidentemente, descontextualizados. Nesta percepção, a concepção de trabalho é filosófica, ontológica e descolada da realidade.

*"Trabalho é inerente ao homem, tem a ver com seu crescimento, realização pessoal, relação com a vida. Trabalho deve promover a criatividade, a realização da pessoa, além é claro da questão financeira, é meio de provimento."* (Assistente Social Coordenadora I)

*"O trabalho é um complemento da vida do homem. Antecede o trabalho, o homem como cidadão e pessoa."* (Assistente Social Coordenadora II)

Na visão dos adolescentes trabalhadores, predomina a percepção do trabalho como fonte de independência, de realização pessoal e reconhecimento social. A associação do trabalho à sobrevivência do próprio adolescente e de sua família está muito presente nas falas dos entrevistados. As representações elaboradas por estes jovens têm conexão direta com as necessidades imediatas presentes nas suas vidas cotidianas, muitas delas, estimuladas pelo caráter consumista da nossa sociedade.

*"É importante, ajuda a pessoa a desenvolver a mente, ter conhecimento... e prá ajudar a família."* (V. A. adolescente trabalhador)

*"Sem o trabalho ou sem o estudo, você não consegue nada na vida."* (P. S. C. adolescente trabalhador)

*"O importante, no tempo em que eu não trabalhava quase ninguém me respeitava, depois que eu comecei a trabalhar todo mundo me respeita, fica com mais moral."* (C. E. C. adolescente trabalhador)

*"Sem o trabalho você nunca vai aprender nada... acho também que é um meio de ganhar dinheiro... porque eu quero comprar as coisas sem dar satisfação de quanto foi, de quanto não foi."* (N. C. S. adolescente trabalhador)

*(O trabalho) "ajuda as pessoas a comprar, as coisas pra minha mãe."* (A. V. N. adolescente trabalhador)

*"Quando eu comecei a trabalhar, me tornei um pouco independente da minha mãe, quando eu precisava comprar algo, não precisa mais pedir, me dá. Agora, é o contrário, eu é que compro minhas coisas e até dou para minha mãe."* (R. H. G. adolescente trabalhador)

No caso dos adolescentes que tiveram uma vivência na rua, suas representações sobre o trabalho ressaltam o papel do trabalho na formação da identidade social, particularmente, pela sua função como mecanismo de inserção social e de sobrevivência. A vivência mais forte na experiência de exclusão social e o desejo de integração social desses adolescentes potencializa a condição do trabalho como mecanismo de reconhecimento social. Os depoimentos confirmam as conclusões de Sarti (1996) de que o trabalho "constitui o substrato da identidade masculina, forjando um jeito de ser homem.

*"Eu agradeço muito a Deus, porque pessoas que mora na rua é muito triste. Procurava trabalho e não conseguia. Em firma eu não conseguia, porque quem mora na rua, eles não dá."* (R. A. G. adolescente trabalhador)

*"É importante porque você adquire experiência e , tem este negócio de você ter seu dinheiro e ter mais responsabilidade."*(A. L. adolescente trabalhador)

Trata-se de uma afirmação social pelo valor positivo do trabalho.

A educação representada pela escola no cotidiano dos adolescentes parece ocupar uma posição secundária, se comparada à imediatividade da necessidade do trabalho. Na visão dos adolescentes de uma maneira geral, a escola é valorizada pelas melhores oportunidades que ela cria para a obtenção de um emprego. Reforça-se assim, uma visão instrumental da formação escolar.

*"Pra mim , se eu não estudar não vou arrumar emprego em lugar nenhum."*(C. E. C. adolescente trabalhador)

*"É muito importante a escola... as coisas hoje tá difícil com estudos mas sem estudo fica pior."*(E. C. S adolescente trabalhador)

*"A escola é fundamental para a criança e para o adolescente, porque se não tem o estudo não consegue nada... Como office-boy, se ele não estuda vai ser sempre um office-boy."*(S. C. F. adolescente trabalhador)

*"Se não tiver estudo, chega numa firma , o cara manda você fazer uma prova você não passa, é preciso ter boa vontade, e ir todo dia e não brincar tanto pra aproveitar as aulas... porque se a senhora não tem estudo não vai poder trabalhar, e se não tem trabalho vai vagabundar."*(R. A G. adolescente trabalhador)

*"Se não estudar cara, pode até ter uma profissão, mas , se tu não tem estudo, não vai adiantar, é importante, pra aprender, ter educação, aprender a comunicar com o próximo."*(J. A S. adolescente trabalhador)

*"...É de importância fundamental, porque se a gente quer ter uma vida melhor sem estudar não vai dar, não sobe na vida."*(A D. B. adolescente trabalhador)

*(Escola) "Muito importante, eu tenho muita preguiça, eu não gosto de estudar... Fica cansativo demais, porque se eu saio daqui as vezes vou pra escola, às vezes vou direto pra casa, porque você já está cansado daqui, com um monte de conta na cabeça, um mundo, escuta tudo de novo, aprender coisas novas cansa demais, não no sentido do corpo é a mente."* (N. C. S. adolescente trabalhador)

*"Muito importante, eu acho que a escola é um meio de me levar pro futuro, por exemplo, eu trabalho hoje, mas se eu não estudar não vou conseguir uma profissão melhor, se não, um dia nem aqui, eu vou poder trabalhar... Nós que somos pobres estudamos com muita força de vontade. Eu saio de casa, só volto depois de 10 horas da noite, é cansativo, tomo merenda lá, me esforço muito, porque quero estudar."* (R. M. S. adolescente trabalhador)

*"Se não fosse por ela, eu hoje, não estaria aqui. Aquele negócio de matemática, continha, eu uso muito aqui."* (R. H. G. adolescente trabalhador)

Algumas falas deixam clara a interferência do trabalho exaustivo na freqüência à escola e conseqüentemente, no rendimento escolar dos adolescentes, tornando evidente a incompatibilidade entre uma jornada de trabalho de 8 horas e um bom desempenho escolar.

As experiências de emprego assistido mediadas pelas ONGs, sem dúvida nenhuma, aprofundam o distanciamento histórico, existente no Brasil, entre a formação profissional e a formação escolar dos adolescentes, dificultando a necessária relação de complementaridade entre essas duas instâncias da formação. Por outro lado, a forma como os principais protagonistas avaliam o trabalho dos adolescentes reafirma a convicção de que esta atividade integra o processo de sua socialização na condição de jovens pobres.

## Reflexões finais

Qual a visão de trabalho que respalda seu vínculo com a educação no contexto dessas experiências?

As representações sobre trabalho elaboradas pela maioria das supervisoras e alguns educadores reforçam a dimensão moralizante do trabalho, enfatizando seu valor moral como o principal componente na formação do adolescente. Assim, a valorização do trabalho tende a ser reduzida ao seu rendimento moral.

Numa perspectiva distinta, há educadores que concebem o trabalho como uma atividade vital, através do qual se constrói a identidade social. Aqui o trabalho é visto como a forma humana de realização do indivíduo, ressaltando a dimensão educativa que lhe é intrínseca. Quando se reportam à realidade de trabalho e de estudo dos adolescentes em questão, alguns depoimentos de educadores expressam críticas referentes à falta de integração da escola à realidade social dos educandos, encontrando-se também educadores que, adotando um enfoque individualista, atribuem aos adolescentes a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso em relação ao seu desempenho escolar.

O campo da formação profissional no qual se movem esses projetos de inserção desnudam as contradições existentes na relação entre trabalho e educação. No centro dessas contradições merece atenção a que se expressa através da desarticulação entre o trabalho do adolescente desenvolvido nas empresas e as atividades de ensino básico vinculadas à escola pública. O trabalho do adolescente em sua forma concreta, pela exploração de que se reveste em muitas situações, nega sua dimensão educativa, transformando-se em mera mão de obra a serviço das empresas.

As experiências examinadas tornam evidente sua incapacidade de garantir condições satisfatórias de desenvolvimento de um processo de formação único, em razão da falta de integração das entidades promotoras com as escolas e em consequência do direcionamento das atividades laborativas dos adolescentes dado, predominantemente, pelas empresas conveniadas.

Em síntese, a relação trabalho/educação nesses projetos tende a enfocar o trabalho como um fim em si mesmo, acarretando o apro-

fundamento da distância entre ensino escolar e ensino profissionalizante. Desta forma, a inevitabilidade do trabalho para jovens pobres parece retomada com a máxima de que "o trabalho é a melhor escola para os pobres".

Por outro lado, os dados apresentados evidenciam que estas experiências não são mera repetição uma da outra. Mesmo que os projetos apresentem um desenho comum, assumem na sua operacionalização, características distintas quanto ao conteúdo de seus processos.

O caráter de educação profissional que é atribuído aos projetos em geral, aliado às condições objetivas de seu funcionamento, abre um amplo campo de indagações e questionamentos, quanto à adequação de suas propostas, ao sistema de acompanhamento, à proporção de técnicos envolvidos e sobretudo, quanto à adequação das atividades desenvolvidas pelos adolescentes aos objetivos de formação. As evidências sugerem que nessa "formação", cujo determinante é o mercado de trabalho, a condição de adiestramento tende a se sobrepor. Ao lado da necessidade de aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento do desempenho escolar, impõe-se o desafio de construir o chamado "trabalho educativo" mediante o resgate da categoria *trabalho* como princípio educativo. Estas são hipóteses que precisam ser melhor investigadas no contexto em consideração, visto que a ausência de esquemas de auto-avaliação nesses projetos dificulta o conhecimento de cada experiência em particular.

A visão aqui apresentada aponta para a necessidade de se avançar na avaliação dessas experiências, no sentido de enfatizar seus impactos na formação dos adolescentes desligados, inclusive com a introdução de um acompanhamento sistemático posterior.

### Bibliografia

- ALVIM, Rosilene (1995) Infância das Classes Populares: A constituição da Infância como Problema Social no Brasil. In Abreu A. R. de Paiva (Org) *O trabalhador Carioca - Estudos sobre Trabalhadores Urbanos do Estado do Rio de Janeiro*, RJ. JC Editora.

- ANTUNES, R. (1995) Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo, Cortez Editora – 2ª ed.
- COLBARI, A (1995) Ética do Trabalho. São Paulo, Ed. Letras e Letras.
- COSTA, A C. G (1994) O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil no Brasil – Trajetória, Situação Atual e Perspectivas, São Paulo – OIT / Editora LTR.
- FALCÃO, M. C. B. C. (1991) Novas Fronteiras entre o Público e o Privado: o papel das ONGs na década de 90, in: *Cadernos CBIA Nº 1*, São Paulo, ABONG.
- FERRETI, C. J. (1995) Educação para o Trabalho, in: *O Trabalho no Liminar do Século XXI*. São Paulo, Ed. LTR.
- FRIGOTTO, G. (1998) A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural, in: Silvia, L. H. (Org) *A Escola Cidadã no Contexto da Globalização*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- MACÊDO, M de A. (1996) Inserção de Adolescentes no Mercado Formal de Trabalho – Mapeamento do Rio de Janeiro, Relatório de Pesquisa, PUC-Rio.
- \_\_\_\_\_ (1997) Trabalho de Adolescentes Socialmente Assistidos: avanço ou recuo de uma política? Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social – *O Social em Questão, Vol. 1* – ano 1 – PUC-Rio.
- Projeto Roda viva (1995) Guia de Programas e Serviços para Atendimento à Criança e ao adolescente (Zona Tijuca e Arredores, Zona Centro e Zona Sul) Rio de Janeiro, Associação Projeto Roda Viva.
- SARTI, C. A (1996) A família como espelho - um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo, Autores Associados.
- TELLES, V. (1997) Pobreza e Cidadania: precariedade e condições de vida, in: Martins e Ramalho. (Org) *Terceirização – Diversidade e Negociação no mundo do Trabalho* - São Paulo, Ed. HUCITEC / REDI – NETS.